

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)
ISSN: 2177-2886

Artigo

A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS

*La Geografía y la Violencia de Género: Una Mirada
desde Três Lagoas - MS*

*Geography and Gender Violence: A Look on Três
Lagoas - MS*

Patrícia Helena Milani

Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil
patriciah.milani@gmail.com

Bianca de Oliveira Lima

Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil
biancaolima@hotmail.com

Como citar este artigo:

MILANI, Patricia Helena, LIMA, Bianca de Oliveira.
A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a
partir de Três Lagoas – MS. **Revista Latino
Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 77
- 97, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS

La Geografía y la Violencia de Género: Una Mirada desde Três Lagoas - MS

Geography and Gender Violence: A Look on Três Lagoas - MS

Resumo

Dentre as inúmeras hierarquias e relações desiguais que estruturam nossa sociedade, ressaltamos as de gênero, que não excluem, mas se combinam com outras desigualdades, sobretudo as econômicas e raciais. Apresentamos neste texto algumas análises do ponto de vista da Geografia sobre a violência de gênero com base em dados quantitativos, mas sobretudo informações qualitativas geradas com a realização de uma entrevista cujo recorte territorial foi a cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Consideramos que os casos de violência de gênero não se restringem às classes sociais mais vulneráveis, embora sejam os mais denunciados e que ganham maior dimensão pública pela mídia. A violência de gênero se expressa de diferentes formas nas hierarquias, classes sociais e no espaço. A dependência econômica não é a única dimensão que dificulta ou impossibilita a saída da mulher da casa e da relação opressora, mas verificamos que outros fatores como dependência afetiva e medo de mais violência (em razão das ameaças) também influenciam a decisão da mulher. Por fim, verificamos que o processo desigual de relações de gênero condiciona relações desiguais de poder dentro e fora das casas, como foi o caso analisado com base em nossa entrevistada.

Palavras-Chave: Violência de Gênero; Relações de Poder; Espaço; Três Lagoas-MS.

Resumen

Entre las numerosas jerarquías y relaciones desiguales que estructuran nuestra sociedad, destacamos las de género, que no excluyen, sino que se combinan con otras desigualdades, especialmente las económicas y raciales. En este texto presentamos algunos análisis desde el punto de vista geográfico sobre la violencia de género basados en datos cuantitativos, pero principalmente información cualitativa generada por la realización de una entrevista cuyo recorte territorial fue la ciudad de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Consideramos que los casos de violencia de género no se limitan a las clases sociales más vulnerables, aunque sean las más reportadas y ganan mayor dimensión pública a través de los medios de comunicación. La violencia de género se expresa de diferentes maneras en jerarquías, clases sociales y en el espacio. La dependencia económica no es la única dimensión que dificulta o hace imposible la salida de una mujer de la casa y una relación opresiva, también descubrimos que otros factores como la dependencia emocional y el miedo a más violencia (debido a las amenazas) también influyen en la decisión de la mujer. Finalmente, descubrimos que el proceso desigual de relaciones de género condiciona relaciones de poder desiguales dentro y fuera de los hogares, como fue el caso analizado en base a nuestra entrevistada.

Palabras-Clave: Violencia de Género; Relaciones de Poder; Espacio; Três Lagoas-MS.

Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



Abstract

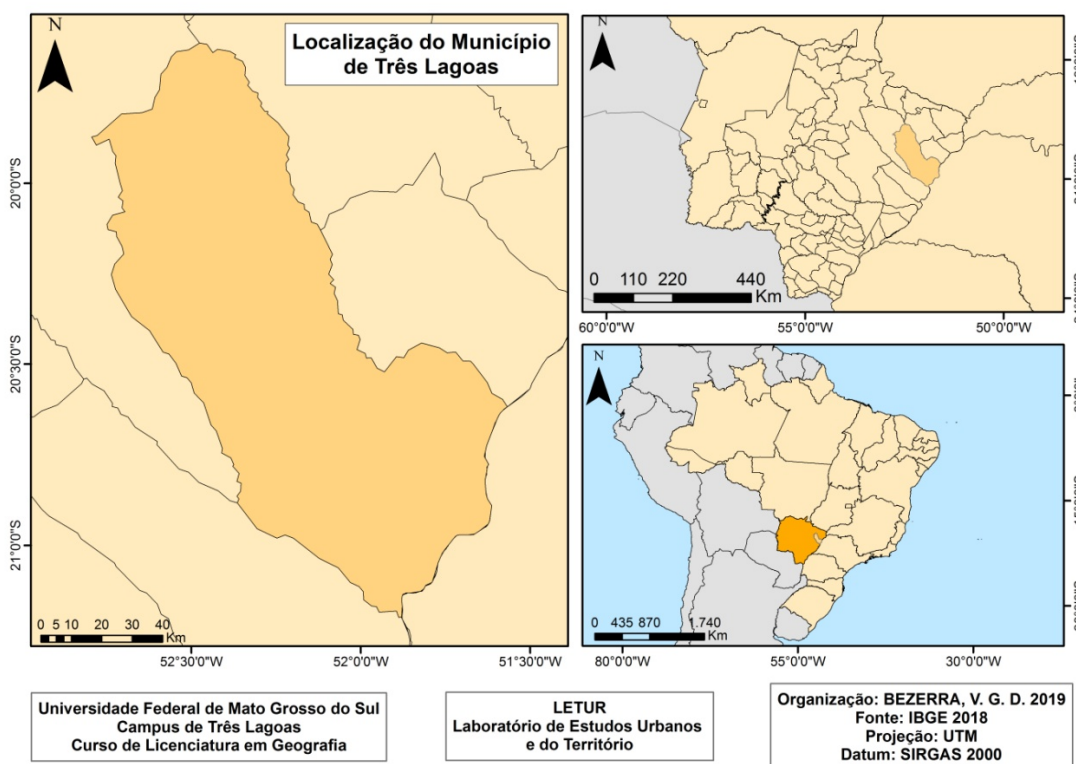
Among the numerous hierarchies and unequal relationships that structure our society, we highlight the gender ones, which do not exclude, but combine with other inequalities, especially economic and racial ones. In this text, we present some analyses from the geography point of view on gender violence, based on quantitative data, but mainly qualitative information generated by an interview whose territorial outline was the city of Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. We consider that cases of gender-based violence are not restricted to the most vulnerable social classes, although they are the most reported and gain greater public dimension through the media. Gender violence is expressed in different ways in hierarchies, social classes and space. Economic dependence is not the only dimension that hinders or makes impossible a woman departure from home and from an oppressive relationship, but we found out that other factors, such as emotional dependence and fear of more violence (due to threats), also influence a woman's decision. Finally, we found out that, although it creates different spaces, the unequal process of gender relations conditions unequal power relations inside and outside the homes, as was the case analyzed, based on our interviewee.

Keywords: Gender Violence; Power Relations; Space; Três Lagoas-MS.

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Geografia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sobre a violência de gênero e as possibilidades de diálogo deste tema com o espaço. Nosso recorte territorial foi a cidade de Três Lagoas-MS, cuja localização geográfica é evidenciada na Figura 1.

Figura 1: Localização do município de Três Lagoas



Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



Duas motivações impulsionaram a construção deste objeto de pesquisa e por conseguinte a sua realização. Uma motivação de caráter mais amplo e outra relacionada às nossas experiências socioespaciais, enquanto pesquisadoras.

Em primeiro lugar, do ponto de vista mais amplo, nosso interesse pelo tema se deu pelo número significativo de casos denunciados de violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas. Medeiros *et al* (2008) ao fazer uma contextualização acerca dessa violência revela que estudos feitos na América Latina por Heise (1994) identificam que em alguns países é significativo o índice de mulheres que afirmam terem sido agredidas por homens, destacando-se, entre esses, o parceiro íntimo; e nesse contexto o Brasil exerce um protagonismo.

A partir de nossos olhares atentos a essas notícias ao longo de um período, em que justamente os debates sobre o tema se acirravam na Universidade, compreendemos que escolher um tema e construir um objeto de pesquisa é caracterizar um determinado processo como relevante para uma investigação e ainda, que essa construção não é isolada de sistemas de valores dos próprios pesquisadores (MARRE, 1991), neste caso, das próprias pesquisadoras.

Do ponto de vista da dimensão mais estrita da construção deste objeto de pesquisa, algumas experiências impulsionaram a problematização deste tema no âmbito acadêmico, o que será exposto nos parágrafos seguintes. Mesmo sabendo das dificuldades que poderemos encontrar diante das avaliações (dos pareceres do artigo), no sentido de sermos questionadas se isso é científico ou não, optamos pela permanência desse pequeno trecho na Introdução do texto. Queremos mostrar, ainda que de maneira modesta, que fazer ciência também é tomar um posicionamento político.

Pensando o porquê de escolher pesquisar sobre a violência de gênero compreendemos que tínhamos várias motivações pessoais enquanto mulheres presentes em uma sociedade dominada pelo patriarcado¹; ao fazermos um exercício de autorreflexão, autoanálise e até mesmo uma retrospectiva de algumas memórias vivenciadas ou assistidas, relembramos cenas de machismo enraizado dentro de núcleos familiares e de convívios sociais desde nossas infâncias.

Dentro dessa dimensão mais estrita, outras situações também nos motivaram a construirmos este objeto de pesquisa, principalmente motivações ligadas ao modo como devemos ser, haja vista que nos é imposto enquanto mulheres, como nos vestir, falar, pensar, portar, enfim, ações ligadas ao comportamento definido (pelo patriarcado) como feminino. Somos um corpo feminino na sociedade, ou seja, nos compreendemos também enquanto instrumentos que efetuaram e efetuam nossa compreensão de mundo, afinal estamos inseridas nos tecidos sociais e espaciais e em todas as estruturas que definem a sociedade.

Com a nossa inserção nos debates acadêmicos acerca de questões relacionadas à violência de gênero, conseguimos compreender a realidade

1 Compreendemos o patriarcado como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social (SILVA, 2009, p. 33), porém não utilizaremos esse conceito para desenvolver este trabalho, como discutido adiante.

também sob um viés mais crítico e notar que vivenciamos socioespacialmente um modo de vida estruturado pelo machismo, que em muitas circunstâncias é vedado; e que muitas práticas desse modo de vida são naturalizadas em meio a tantas atitudes e ações cotidianas já estruturadas, as quais se tornaram evidentes a partir de nosso distanciamento (intelectual)² e um processo de desnaturalização dessa ordem posta, enraizada.

Essa discussão reforça a ideia de que é do encontro de motivações pessoais que se produz o conhecimento de uma dada realidade, que é sempre parcial e situacional, em permanente processo de construção (SILVA, 2008).

O objetivo deste texto foi construir uma reflexão sobre a violência de gênero, tendo como enfoque as relações de poder no espaço, a partir de um estudo de caso na cidade de Três Lagoas-MS.

A principal hipótese, era a de que diversas mulheres, vítimas de violência de gênero, encontravam-se conformadas com algumas situações que envolvem a violência e as relações hierárquicas de poder, por não conhecerem outra realidade.

Ao longo do trabalho, essa hipótese foi confirmada, mas conseguimos avançar no sentido de compreender outras motivações que inibem a realização de denúncias por parte das mulheres; motivações que serão apresentadas e discutidas neste artigo.

Do ponto de vista metodológico, combinamos dados objetivos, mas principalmente informações geradas com a realização de uma entrevista, com uma mulher vítima de violência de gênero, moradora da cidade de Três Lagoas-MS. A pesquisa teve como base uma abordagem qualitativa.

A entrevista foi realizada com Estela³, de 46 anos, moradora da cidade de Três Lagoas. De modo geral, Estela representa um padrão dos casos quantitativos analisados na pesquisa (faixa etária de 18 a 59 anos). Ou seja, a entrevistada conjuga essa característica predominante, dentre as características que foram identificadas nos boletins investigados, e por isso ela foi escolhida.

Além disso, e tão importante quanto o primeiro aspecto (faixa etária), tínhamos um conhecimento do caso de violência envolvendo Estela, essa relação já existente entre a entrevistada e as pesquisadoras favoreceu a realização da entrevista, no intuito de obtermos um relato significativo em relação à esse assunto com um grau considerável de detalhamentos, já que a interação social gerada pela situação da entrevista, foi favorecida por esse conhecimento prévio que tínhamos com Estela.

A opção de realizarmos uma entrevista está relacionada à necessidade de geração de informações qualitativas, que por conseguinte foram tratadas qualitativamente, de maneira que não são quantificáveis. Nos termos de Kapp (2006), a plausibilidade está relacionada à sua potência explicativa e não à confirmação por um certo número de entrevistas.

O roteiro de nossa entrevista foi semiestruturado, constituído de dez

2. Haja vista que, para que um processo de escolha possa ser científico, há a necessidade de a cientista se distanciar, de criticar e avaliar o modo pelo qual a opinião pública, o senso comum ou os partidos políticos tratam da questão (MARRE, 1991). Nos termos de Durkheim, escolher um tema de pesquisa é um momento de ruptura.

3. Todos os nomes utilizados neste texto são fictícios para não comprometer a identidade dos sujeitos sociais. A entrevista aconteceu em julho de 2018.

questões, dividido em dois blocos: perfil da entrevistada e questões ligadas à violência. O roteiro foi norteador, utilizamos um gravador para que a entrevista fosse registrada e posteriormente transcrita. O local da entrevista foi escolhido pela entrevistada, neste caso, em sua própria casa. Algumas perguntas e narrativas da entrevista foram transcritas neste texto para subsidiar nossas análises, quando colocadas em contextos teóricos. As perguntas estão escritas entre colchetes e em letras itálicas, seguidas pelas respostas da entrevistada.

Para o levantamento de dados secundários, utilizamos: a) dados retirados de notícias locais; para isso fizemos o acompanhamento diário dos jornais e utilizamos especificamente as notícias publicadas que ofereciam um panorama da significativa posição que Três Lagoas exerce no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, no que diz respeito aos altos números de violência de gênero registrados; e b) dados fornecidos pela Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM) de Três Lagoas, durante o primeiro trimestre de 2017, período em que os dados já estavam sistematizados.

Geografia e violência de gênero: os possíveis diálogos

Faremos alguns apontamentos iniciais nesta seção para mostrar nossa posição teórica metodológica em relação ao conceito de gênero e violência de gênero, para em seguida desenvolver algumas reflexões a partir de dados empíricos/quantitativos coletados, e por conseguinte mostrar algumas limitações desses dados, no âmbito da nossa investigação.

Por outro lado, avançar nas possibilidades de desdobramentos de análises a partir do conceito de espaço diferencial (LEFEBVRE, 2000) em relação a essa problemática, que nos exige uma análise de informações qualitativas.

Os gêneros masculino e feminino são papéis desempenhados socialmente, por machos e fêmeas humanos, são construções sociais. O conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e implica a análise temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens, nas palavras de Silva (2008).

A definição de gênero remete a um elemento constitutivo das relações sociais e a uma forma de significar relações de poder, possui um valor heurístico para apreender tanto o processo histórico de construção do masculino e do feminino como outras formas de relações de poder (LAN, 2008).

Segundo Silva (2008) as abordagens iniciais sob a ótica do patriarcado careciam de aprofundamentos teóricos e sofriam com a reprodução das mesmas leis gerais, que dificultavam a expansão do campo de análise; além disso, seus fundamentos reforçavam a eterna posição de vitimização das mulheres, impossibilitando o vislumbre de possibilidades efetivas de transformações sociais.

Essas abordagens foram, segundo a autora enriquecidas pelo conceito de gênero, o que, removeu a carga de imutabilidade e onipresença que o patriarcado expressava de forma isolada, perspectiva que melhor dialogou e fundamentou as análises desenvolvidas e apresentadas neste artigo.

Santos e Izumino (2005) também compreendem gênero, como construção

social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres. Este conceito passa a ser utilizado para se compreender as complexidades das relações entre homens e mulheres. O uso da categoria gênero introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia para se discutir tal fenômeno social, qual seja, a expressão ‘violência de gênero’, a qual adotamos nesse debate.

A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos (SILVA, 2008), além da ampliação de nossos campos de estudos e pesquisas, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Nesse sentido, para Massey (1984) a organização do espaço é compreendida como sexista e funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero. Avançando nesta ideia, cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo hierarquizada, com primazia dos homens sobre as mulheres (SILVA, 2008).

Do ponto de vista quantitativo, realizamos pesquisas nos jornais do contexto violento e alarmante que tem sido os casos de feminicídios⁴ no Brasil e em específico no Estado do Mato Grosso do Sul com enfoque na cidade de Três Lagoas, nosso recorte territorial.

De acordo com o mapa da CPMI⁵ foi constatado até 2014 que o Estado de Mato Grosso do Sul estava entre os 10 estados com maiores taxas de feminicídios do país, com cerca de 6,1/100 mil mulheres.

De acordo com Jornal do Povo⁶ de Três Lagoas (25/01/2014) a Delegacia de Atendimento à mulher de Três Lagoas (DAM) até a data dessa notícia, já havia registrado 101 Boletins de Ocorrência (BOs); essa estatística revela que no município ocorre quase a metade de todas as denúncias de violência contra mulher registradas em todo o Estado.

Nos anos de 2016 e 2017 de acordo com o noticiário Campo Grande News (19/07/2017)⁷ e Hoje Mais (17/01/2018)⁸ foram registrados respectivamente 1367 e 1310 casos. Três Lagoas tem sido uma das cidades, cujos casos ocorridos no espaço urbano, lidera o número de ocorrências de feminicídios e violência de gênero no Estado, com cerca de 27,78% dos casos.

Segundo Almeida (2019), no primeiro trimestre de 2017 ocorreram 103 (cento e três) ameaças a mulheres notificadas nas delegacias de Três Lagoas (Tabela 1). Segundo o autor, foram atendidas pelos CRAS mais de 80 mulheres, no primeiro trimestre de 2017, que sofreram algum tipo de violência

4 Altera o Art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídios como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

5 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM).

6 Jornal local – Três Lagoas. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/tres-lagoas-e-responsavel-por-metade-das-queixas-de-violencia-contra-a-mulher-em-ms-jornal-do-povo-25012014/>.

7 Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/violencia-e-medo-a-equacao-que-ja-matou-18-mulheres-em-ms-em-2017> Acesso em: 19/11/2019.

8 Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/balanco-da-violencia-e-alto-o-indicio-de-feminicidio-no-municipio>.



de gênero, variando de agressões (físicas e verbais), ameaças, entre outras.

Além disso, o autor em sua pesquisa trata dos casos de lesão corporal, que nesse mesmo período foram denunciados 62 casos, sendo que a maior parte (28 deles) ocorreu no mês de fevereiro de 2017; as vítimas possuíam entre 18 e 59 anos, sendo que apenas 4 delas possuíam menos de 18 anos de idade.

Tabela 1: Casos notificados na Delegacia de Atendimento à mulher de Três Lagoas, relativos a ocorrências de ameaça contra mulher, do período de janeiro a março de 2017.

| Meses | Quantidade de ameaças |
|------------------|-----------------------|
| Janeiro / 2017 | 46 |
| Fevereiro / 2017 | 42 |
| Março / 2017 | 15 |
| Total | 103 |

Fonte: Almeida (2019).

Tendo em vista esses números e indicativos, voltamos a ressaltar a importância de abordar essa problemática no âmbito da Geografia, pois trata-se de um fenômeno socioespacial, porém a proposta é se voltar para uma análise qualitativa, analítica e reflexiva; tendo os dados quantitativos como pontos de partida.

A dimensão quantitativa se mostrou relevante, mas insuficiente para desenvolver nosso debate, que envolverá na próxima seção, mais que uma quantificação de dados, mas alguns tensionamentos em relação a essa ordem estabelecida.

Lopes e Silva (2013) reafirmam a importância do trabalho empírico na Geografia e dos estudos na escala local como elementos necessários para alavancar possibilidades de minimizar as desigualdades sociais e com todas as formas de violência. Insistimos neste ponto mesmo diante de um contexto, por parte da corrente de pensamento majoritária na geografia, de dificuldades de aceitação de incluir as diferenças de gênero como elementos de análise da estrutura socioespacial (SILVA, 2008).

Com isso, entendemos a importância de fazer essa discussão no âmbito da ciência geográfica e problematizar a compreensão do espaço enquanto ‘espaço abstrato’, ou seja, compreendido majoritariamente pelas relações econômicas, com um receptáculo, que apenas recebe ações dos agentes produtores. Compartilhamos da crítica de Silva (2008), de que o viés estruturalista criou uma feminidade genérica, pautada pelas relações de classe e fundamentada na figura da mulher esposa, mãe e trabalhadora, pouco preocupada com outras identidades marcadas por sistemas políticos e culturais de opressão, como a sexualidade e a raça.

Propomos avançar, como uma espécie de segundo plano neste texto, nas reflexões acerca do espaço diferencial (LEFEBVRE, 2000), este produzido pelos corpos, pela prática espacial produtora de espaço, que não está apenas localizada no espaço, mas é o próprio espaço; e neste contexto a cidade se converte em um campo fértil para a investigação, nos termos de Silva (2008).

Para Lefebvre (2000), a corporificação tensiona a abstração do espaço, os processos de alienação da vida, bem como a forma de compreender o espaço a partir de um olhar dominante, pois para o autor não há um ‘pensador puro’, mas um ser corporificado⁹, o que deriva em muitas circunstâncias uma colonização do que deve ser pesquisado na Geografia¹⁰.

Análise da Violência de Gênero: ... querendo ou não eu tinha que me casar com ele, porque eu dormi fora

Para o desenvolvimento desta seção, nossas análises pautaram-se, do ponto de vista empírico, na história de vida (com enfoque para a dimensão da pesquisa) de uma mulher, como evidenciamos na Introdução deste artigo, moradora da cidade de Três Lagoas-MS e vítima de violência de gênero.

Estela é mãe de três filhos (Lucas de 27 anos, Mateus de 23 anos e Angélica de 13 anos) que concebeu durante seu casamento. Hoje é pós-graduada, com formação em pedagogia e artes, divorciada a cerca de dez anos do seu relacionamento, que declarou ter sido abusivo, com Joaquim.

Joaquim é dez anos mais velho que ela; se conheceram quando Estela tinha 15 anos e, portanto, Joaquim 25, foram casados por 21 anos. Segundo a entrevistada, a relação começou quando ela viu em Joaquim um escape da vida de pobreza e violência que tinha em casa. Seu pai era um homem que ficava fora de casa por meses, deixando a mãe e os filhos sozinhos, os quais tinham uma relação de dependência econômica em relação ao pai. Segundo Estela, era comum faltar alimento e vestimentas e mesmo assim, a ausência do pai era, segundo ela, um alívio, pois, os retornos do pai eram sempre marcados por violências e agressões.

Estela nos declarou, antes de começarmos a entrevista (antes do início da gravação), que foi obrigada a se casar, contou que foi cortejada por Joaquim, que lhe dava muitos presentes, já que ele tinha uma situação econômica melhor do que ela, segundo Estela. Poucos meses após o início do namoro, Joaquim comprou uma casa e a levou para dormir com ele, naquele mesmo dia, seu pai já não a aceitou de volta em casa; a partir deste momento, começou segundo Estela a relação matrimonial.

Estela também nos contou como a relação mudou “da água para o vinho” (em seus termos) entre eles, naquela mesma semana que passaram a viver juntos na mesma casa, as agressões começaram, além das verbais, as agressões físicas se tornaram cada vez mais presentes e rotineiras.

Como ressaltado, Estela teve três filhos com Joaquim, contou que ele nunca foi um pai agressivo, que as violências eram guardadas apenas para ela, e que

9 Segundo Silva *et al* (2019, p. 73), que tecem uma crítica às abordagens brasileiras, da qual compartilhamos, a proposta filosófica de Lefebvre oferece muito mais que uma análise marxista clássica do espaço e vai muito além da esfera da produção; apesar de sua abordagem do espaço social ser potente para produzir um processo de corporificação do conhecimento geográfico, a filosofia lefebvriana que foi utilizada na geografia brasileira realizou uma filtragem interpretativa, privilegiando o espaço da produção econômica. Concordamos com os autores de que a corporeidade lefebvriana, de modo geral, foi negligenciada pela interpretação geográfica brasileira.

10 Tema muito discutido no XIII Enanpege, São Paulo. Ressaltamos a mesa 12: “Geografia, gêneros e questões étnico-raciais”.

se não fosse pela interferência e apoio dos filhos mais velhos ela não teria conseguido sair dessa relação abusiva, pois teve medos, medo de passar por dificuldades financeiras, medo de ser morta por ele, já que as ameaças (também de morte) eram rotineiras.

Divorciada, Estela possui uma renda mensal de aproximadamente seis mil reais¹¹, afirmou fazer tratamentos psicológicos para ajudá-la nas ‘cicatizações’. Consideramos relevante apresentar essas características no texto para não pecar pelo alto grau de generalidade (MCDOWELL, 1999 apud SILVA, 2009). O que fizemos foi considerar uma parte de uma universalidade de relações que se estabelecem entre homens e mulheres, considerando o contexto social e espacial de Estela. Além disso, dar visibilidade aos casos de mulheres que sofrem violência de gênero em todas as classes sociais.

[Quando criança presenciou ou sofreu algum tipo de violência, seja ela verbal ou física?]

Quando eu era criança meu pai maltratava minha mãe, ele batia na minha mãe, tipo assim, ele sumiu 6 meses, 7 meses, sem dar notícias, sem mandar dinheiro, minha mãe com 3 crianças, que é eu e minhas duas irmãs e assim, faltava o que comer, faltava o que vestir, calçado era uma vez no ano, roupa era uma vez no ano, entendeu? Então foi uma vida bem sofrida. Quando eu me casei com o Joaquim, na minha cabeça era uma coisa normal, porque eu vivia aquilo ali, então eu via minha mãe sendo... minha mãe apanhar, eu via minha mãe viver o que eu estava vivendo, entendeu? Só que assim, vamos colocar que minha mãe teve mais sorte, porque meu pai sumia, ficava 6,7 meses sem dar notícias, né, quando ele voltava, voltava agressivo, aí, só que ele bebia também, meu pai bebia, caía na sarjeta, né, então era um contexto bem diferente do meu. (Estela, 46 anos, mulher entrevistada)

Estela contou que a violência de gênero era algo já presente na história de vida dela e de Joaquim, ela que além da pobreza, via sua mãe ser agredida pelo pai e Joaquim que também vivenciou a agressão no âmbito familiar, cometida pela mãe. Verificamos ao longo da entrevista como a violência compareceu na vida de Estela (ainda que esse trecho foi mais significativo), e por conseguinte uma naturalização disso, como se toda relação entre homem e mulher tivesse que ser opressora, desigual e violenta.

Segundo Teles *et al* (2003) apud Lopes e Silva (2013) a prática da violência de gênero em muitos casos é transmitida de geração a geração tanto por homens como por mulheres e tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado em contato de maneira direta.

A prática da violência perpetuada por tanto tempo no âmbito das relações humanas é vista como natural em muitas circunstâncias, como se fizesse parte da natureza das relações humanas. Medeiros *et al* (2008) salienta que a mulher e seu respectivo agressor estão numa sociedade em que, de alguma forma,

11 As críticas levantadas pelas correntes pós-estruturalistas, não diminuem a importância das análises estruturais, mas possibilitam o desenvolvimento do pensamento complexo. Isso porque os trabalhos de cunho estruturalistas também absorvem as relações de gênero transpassadas pelas noções de classes, raças, idades e etnias (SILVA, 2008, p. 39).

pode estar sendo determinante nas formas de naturalização de certos atos violentos.

[Em qual momento ele se mostrou um agressor?]

Assim que eu casei com ele, assim... ele ganhou, não ele comprou o direito de uma casa na Vila Piloto, aí ele me levou pra essa casa, um dia e não me levou de volta, no outro dia meu pai já não me aceitou dentro de casa, entendeu? Então assim, querendo ou não eu tinha que me casar com o Joaquim, porque eu dormi fora. Aí naquela semana, eu me casei em setembro né, naquela semana mesmo ele já começou a judiar de mim, entendeu? Naquela semana mesmo ele já começou a me humilhar me maltratar, naquela semana mesmo ele já, já me agrediu fisicamente. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Estela relatou que foi obrigada (por certas normas/convenções sociais) a casar com Joaquim por conta da ‘honra’ (em suas palavras), seu pai já não a aceitava de volta em casa, porque ela dormiu uma noite fora, isso se revela como uma forma de poder para controlar a vida de uma mulher, como afirmam Souza e Nery (2016). Dentro dos pontos de controle sobre a mulher, neste momento a sexualidade e os valores machistas exerceram seus papéis.

Souza e Nery (2016) que abordam a sexualidade como instrumento de poder, também consideram outros instrumentos sobretudo a religião, esta que também exerce influência sobre a sexualidade, mais especificamente sobre a sexualidade da mulher, já que as mulheres estão sujeitas a estereótipos e alguns padrões normatizados.

Além da sexualidade e da religião e outras instituições culturais¹², os instrumentos de poder se mantêm devido a outros quatro campos inseparáveis de análise da exploração do homem sobre a mulher: o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado e a violência (MCDOWELL, 1999, apud SILVA, 2009).

Nesta mesma narrativa Estela afirmou que o seu relacionamento mudou a partir desse ponto, um fato (a partir do casamento), ou seja, o comportamento do parceiro mudou a partir do momento em que foram morar juntos.

Por isso trazemos para o debate a ideia de que o espaço é político e ideológico e o corpo humano pode ser compreendido como integrante da relação entre poder e espaço, segundo Silva, Ornat e Chimin Junior (2019). Os autores fizeram uma (re) leitura da obra de Henri Lefebvre e nos trouxeram as múltiplas relações entre corpo e espaço, buscando compreender os silenciamentos e tensionamentos atuais entre a geografia e o corpo.

No âmbito das relações familiares:

[E como ele é com os filhos?]

...ele sempre foi um pai bom, até assim, o meu filho mais velho, não aceita ele, não aceita ele de jeito nenhum, até assim, quando meus

12 Há um domínio dos homens também no campo das instituições culturais, este domínio é compreendido pela primazia da ótica masculina na elaboração das representações sociais hegemônicas das mulheres, consideradas inferiores a eles (SILVA, 2009).

filhos começaram a crescer eles começaram a enfrentar o Joaquim, tipo assim, ele partia pra cima de mim, o Mateus e o Lucas partia pra cima dele, né, aí o Lucas falou assim “mamãe até quando você vai aguentar isso aqui? Até a hora que acontecer alguma coisa ruim com a gente?” Aí foi onde eu falei, “não meu filho nós vamos embora”, e uma semana depois eu vim embora mesmo, entendeu? (Estela, 46 anos, entrevistada)

Assim como narrado por Estela, na maioria das ocorrências o agressor é o próprio companheiro da vítima e as agressões ocorrem no próprio espaço doméstico, este torna-se um lugar de sensações, medos e perigos constantes, o que geram marcas não apenas físicas, mas também morais e psicológicas nas mulheres e na família como um todo, um espaço em que predomina uma relação de dominação entre os corpos.

Saffioti (1999) ainda afirma que muitas mulheres não conseguem sair de um relacionamento abusivo, isso inclui deixar a casa em muitas situações, sem o auxílio externo, seja ele por motivo de dependência financeira ou emocional, por pensar nos filhos ou o medo, medo de mais violência. Nesse sentido a fala de Estela é exemplar, que no depoimento anterior afirmou que conseguiu sair da casa e se mudou, com os filhos, para a casa da mãe, também na cidade de Três Lagoas.

[...] Eu não tinha que aguentar, né, eu não sei porque eu fiquei tanto tempo, eu tinha tanto medo dele, tanto medo, que quando eu pensava em ir embora, o medo era maior então acabava não indo, [...]aí quando a vinte e três anos atrás, eu tinha uma amiga que foi criada junto, e ela pegou e foi embora com um cara, o cara começou a judiar dela, né, judiou, judiou, batia e todas as vezes que ela vinha pra Três Lagoas, porque ela morava na fazenda,[...] o marido dela matou ela, sabe e então quando eu vim embora aí a dona Odete que é a mãe dela falou assim pra mim: “Filha volta com o Joaquim se não ele vai te matar também” minha mãe também, [...] vim embora mesmo por causa dos meus filhos, porque senão eu acho que eu tava lá até agora, de medo, de medo entendeu. Mas minha família me apoiou muito, tanto meus filhos, né, tanto minha mãe, meu pai, minhas irmãs, os vizinhos lá da minha mãe, sabe, então eu tive um apoio muito grande da minha família, senão eu acho que não tinha conseguido também não, pelo medo mesmo. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Nessa narrativa, Estela conta parte de sua própria experiência de violência que viveu com o marido, mas também a história de uma amiga que assim como ela vivenciou um relacionamento abusivo de violência e foi morta pelo parceiro, o que a deixou com mais medo, medo de tentar sair do relacionamento e o mesmo acontecer com ela. E nesse contexto, Estela ressalta como foi importante o apoio de seus familiares e amigos para conseguir sair dessa relação e, portanto, sair da casa, do espaço principal de dominação. Espaço em que o marido mantinha um domínio da relação, um uso excessivo



de poder tanto dentro da casa, quanto na loja, empreendimento comercial do marido.

Desdobrando as análises que compartilhamos de Silva *et al* (2019) acerca da obra de Lefebvre, os sistemas de gestos e comportamentos, neste caso de dominação, não são realizados “no espaço”, mas os próprios corpos produzem espaços, uma vez que as ações e as vivências estão incorporadas de ideologias.

Não compreendemos o espaço enquanto um vazio preexistente, dotado de propriedades formais sozinho, tampouco um contêiner esperando para ser preenchido por matérias e corpos, pelo contrário, os corpos e suas ações criam/produzem espaços (LEFEBVE, 1991). Neste caso, principalmente os espaços da casa e da loja, local de moradia e trabalho de Estela eram espaços de dominação e de opressão, em que as ações do marido produziam esse espaço diferencial, os quais Estela não gosta de ‘passar nem perto’, em suas palavras.

O domínio e a violência não ocorriam apenas dentro da casa e na loja, mas também em locais que seu cônjuge gostava de exibir esse domínio (mais simbólico neste caso), e poder na frente principalmente dos funcionários (segundo ela), ou quando por posse e dominação queria que soubessem que ele era o chefe. Nesse sentido Estela relatou:

É como se eu tivesse algum defeito, que a impressão que dá, que eu teria algum defeito, que eu era transparente no caso, que eu só era vista pra trabalhar e pra me maltratar; era só assim que eu era vista, hoje não, hoje eu sou uma pessoa, né, sabe assim, a minha casa era grandona, tinha piscina, tinha tudo, era uma casona, e ele batia assim gritando, não pra mim, mas pra Três Lagoas escutar, que quem mandava ali era ele, e enquanto ele tivesse vida, ele mandava, então isso eu escutei muito... (Estela, 46 anos, entrevistada. Grifo nosso)

Assim compreendemos o espaço, enquanto uma dimensão também de conflitos inclusive de gênero que se expressa em distintas situações ligadas às relações de poder. Segundo Lan (2009), as desigualdades de gênero se ligam a construções socioculturais e históricas que transformam as diferenças sexuais em desigualdades hierárquicas que pressupõem um acesso diferenciado a diversas formas de poder e, por conseguinte de espaço.

Evidenciamos nesse contexto um movimento dialético, uma vez que ao mesmo tempo em que o espaço é gerado pelas presenças e ações dos corpos, em contrapartida, as leis do espaço produzido também governam o corpo e a utilização de suas energias (LEFEBVRE, 2000).

A casa de Estela foi um espaço produzido a partir de relações de poder, dominação e violência, e sempre dentro desse espaço Estela se sentia ameaçada, coagida; essas ameaças condicionavam os comportamentos de Estela dentro da casa, verificamos que ao mesmo tempo em que a prática de dominação produz espaços de controle, condiciona e reforça novas práticas.

A possibilidade que se abre com pesquisas qualitativas no âmbito da violência de gênero e Geografia, é pensar como essas desigualdades, hierarquias e relações de poder produzem espaço, por meio do uso, das apropriações e das disputas e nesse sentido engendra significados e

representações do espaço. Isso contrapõem a ideia de que o espaço geralmente é como algo que permite a igualdade entre os outros, no entanto é uma igualdade imaginária, porque em nenhum caso é verdadeira (LAN, 2009).

No âmbito das denúncias das agressões, um tema levantado por Estela durante a entrevista, verificamos algumas “ausências”, tanto no sentido em denunciar, quanto no sentido das medidas a serem tomadas pela justiça em relação ao agressor.

Em suas pesquisas Lopes e Silva (2013) verificaram que, embora, grande parte dos registros tenham sido feitos por vítimas de baixa escolaridade e renda, não podemos inferir que a violência contra as mulheres apresente somente vítimas com essas características. Existem diferentes modalidades de exercer a violência e ela atravessa todas as classes sociais, com diferentes manifestações (LAN, 2009). Com isso, as relações de poder estabelecidas pelo homem acontecem mesmo quando a mulher detém da sua autonomia financeira, como o caso de Estela, nossa entrevistada. Segundo Azevedo (1985) apud Lopes e Silva (2013):

O fato de em algumas relações a mulher ter maior escolaridade ou um emprego que tenha mais status que o do marido poderia contribuir para que houvesse violência entre o casal. Pois este tipo de arranjo familiar subverteria a família patriarcal tradicional e colocaria em xeque o status quo do homem como principal provedor. Assim, o homem usaria a violência como uma forma de impedir a 'subversão da ordem', de garantir que as coisas 'ficassem em seu lugar'. (AZEVEDO, 1985 apud LOPES E SILVA, 2013, p. 66).

Uma questão relevante envolvida no âmbito das denúncias, trata-se das dificuldades que algumas mulheres têm em fazê-las, dificuldades de acesso, tanto no sentido espacial (de mobilidade), de chegarem até a Delegacia da Mulher, quanto no sentido mais abstrato, ou seja, de reunir esforços para fazer a denúncia, frente às pressões em não fazê-la, sobretudo do agressor.

Combinado a isso, a falta de qualificação de alguns funcionários desses órgãos torna-se um aspecto agravante, segundo nossa entrevistada; os quais deveriam ser mais especializados, para lidar com situações de violência de gênero. Segundo Estela muitas vezes, alguns profissionais não conseguem dialogar de forma adequada com as vítimas, que já chegam ao local sensibilizadas pela violência.

A falta de credibilidade no depoimento da vítima também costuma ser uma questão importante, já que em algumas situações não existe uma marca física evidente na mulher, que seja suficiente para efetuar a denúncia ao ver da polícia, para a prisão do agressor, segundo Estela, ao relatar sua experiência.

E a Lei? ... você vai, você dá parte e ninguém faz nada, ninguém fala nada

De uma maneira dialógica, correlacionamos, nessa seção do artigo, as questões sobre as experiências de Estela e os pontos que já discutimos, o atendimento às vítimas de violência doméstica com a legislação que trata desses crimes.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), também é um reconhecimento à luta

Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



por justiça de Maria da Penha, na época das agressões, a farmacêutica, sofreu diversas tentativas de assassinato do então marido, uma delas a deixando paraplégica.

Em 2001, após 18 anos de omissão do Estado Brasileiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) acatou as denúncias feitas em 1998 pelo Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil) e pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher e responsabilizou o Estado brasileiro por omissão e negligência em relação à violência doméstica, recomendando várias medidas no caso específico de Maria da Penha e a revisão das políticas públicas vigentes no âmbito da violência contra as mulheres.

A partir de então, em 2006, a Lei finalmente foi sancionada e políticas públicas voltadas para a proteção e atendimento às mulheres.

Sobre a Lei Maria da Penhas, Lopes e Silva (2013) afirmam que:

A Lei Maria da Penha (LMP) é hoje o principal instrumento de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre as muitas inovações trazidas pela Lei destacamos: a proibição das penas pecuniárias; a proibição da entrega da intimação pela mulher ao agressor e a possibilidade de prisão preventiva do agressor quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher. A Lei também prevê que a renúncia da denúncia ocorrerá apenas perante o juiz. Além disso, permite ao juiz conceder, no prazo de 48 horas, medidas protetivas de urgência, entre as quais estão o afastamento do agressor do lar, a suspensão do porte de armas do mesmo e o distanciamento da vítima. Os casos que envolverem questões familiares serão apreciados pelo juiz do Juizado Específico de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o qual também tem sua criação prevista pela Lei. (LOPES E SILVA 2013, p. 62)

Quando perguntamos a entrevistada se conhecia a Lei Maria da Penha e se havia buscado ajuda especializada na Delegacia de Atendimento à Mulher de Três Lagoas, Estela relatou:

Fui umas 3 vezes, só que assim, você vai, você dá parte e ninguém faz nada, ninguém fala nada, até hoje ele não foi chamado, entendeu? É uma coisa assim, uma vez eu fui e na época a delegada era a Marcia, eu acho, pra chamar ele pra fazer um tratamento, pra obrigar ele a fazer um tratamento, aí ele falou que ia e não foi coisa nenhuma e a hora que eu cheguei em casa, que ele viu que eu dei parte dele, ele me agrediu de novo, você entendeu, aí a pessoa fica com medo de dar parte, porque não tem apoio de ninguém, não tem! E teve outra vez que eu vim aqui do outro lado e dei parte, falei que quando eu vim embora ele me ameaçava através de mensagem, aí eu mostrei a mensagem, falou desse jeito assim na mensagem “olha você compra teu caixão que até sexta-feira você vai ocupar ele” né eu fui lá e levei pra ela, e no entanto ninguém fez nada, nem foi chamado por isso, sabe, então não adianta, é uma coisa assim, Ah tem a Lei Maria da Penha é uma coisa tão mentirosa, tão... para! Agora essa

semana, essa semana não, tem uns quinze, vinte dias, uma mulher que trabalha na escola X, o marido/namorado quebrou o nariz dela! Jogou o celular no rosto, regaçou com ela, acabou com ela! Ele ficou preso 3 dias[...] Então não adianta, não adianta [...] ta porque a Marisa mesmo, essa mulher que eu acabei de falar pra você, tem uns 15 dias que ela foi agredida, ele ficou 3 dias preso, entendeu, então assim o que ele quiser fazer ele vai fazer. Não tem... (Estela, 46 anos, entrevistada)

Neste momento da entrevista, Estela continuou no relato de como procurou a delegacia algumas vezes, a última após a separação em que obtinha provas de ameaças de morte e nada foi feito pelo órgão responsável, segundo ela. Ao desdobrar o assunto, Estela relatou também um acontecimento recente (2018) envolvendo uma colega de trabalho agredida pelo parceiro, este último permaneceu preso por três dias e depois foi solto sem nenhuma medida a ser seguida. Sobre essas questões legais Saffioti (2001) analisa as ideias de Mackinnon (1989), segundo ela:

Mackinnon não interpreta esse fenômeno como contradição, mas como autorização para os homens cometerem violência contra as mulheres, na medida em que apenas os excessos são codificados como tipos penais. Endossa-se esta visão, uma vez que ela é passível de fácil constatação. Toma-se o exemplo da lesão corporal dolosa (LCS). Seu autor está sujeito a punição desde que a violência perpetrada deixe marcas no corpo da vítima. Quando isto não ocorre, há necessidade de prova testemunhal. Ora, raramente se dispõe deste tipo de prova. A violência doméstica e a intrafamiliar podem ser praticadas diante de parentes, especialmente filhos menores. Porém, estas testemunhas são inválidas pelo laço do parentesco. Assim, a LCD leve nunca serve de base para a punição de seu autor. (SAFFIOTI, 2001, p. 121).

Ainda sobre essas dificuldades retratadas por Estela sobre o atendimento nas DEAMs, Bandeira (2014) afirma:

Infelizmente, ainda persistem problemas nas Deam's e nos serviços públicos voltados ao combate e ao atendimento deste tipo de violência. Somadas às restrições referentes à capacitação e sensibilização dos recursos humanos, que ainda possuem representações patriarcais sobre a mulher, sofre de carência dos equipamentos necessários aos procedimentos de investigação e ao acompanhamento dos casos, reduzindo o êxito policial e dos demais trabalhos que devem atuar de modo integrado em rede. Diante das dificuldades, são muitos os desafios a enfrentar. Porém, o maior deles é qualificar adequadamente os/as agentes públicos/as para perceber os processos de opressão a partir dos grupos vulneráveis, assim como dos mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades de gênero. (BANDEIRA, 2014, p.5)

Nesse âmbito, um jornal de circulação local da cidade de Três Lagoas,

Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



abordou o assunto com informações que consideramos relevantes:

De janeiro a dezembro de 2017, a Delegacia de Atendimento à Mulher em Três Lagoas, registrou cerca de mil casos de violência doméstica. Segundo a Secretária Municipal de Assistência Social, Vera Helena Arsioli Pinho, apenas 106 mulheres, o que corresponde a 10% das denúncias, deram prosseguimento no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) núcleo que atua na proteção e suporte à mulher. [...] Nós disponibilizamos as passagens e se precisar até levamos, todo suporte e aparato são dados”, diz. [...] “Também disponibilizamos um local que nós não divulgamos o endereço, por causa da segurança dessas mulheres. A mulher que sofre violência e precisar de um resguardo, de um local, ela tem, ela e os filhos dela não vão ficar desamparados”, completa. (HOJE MAIS¹³, 22/01/2018)

Quando lemos esse trecho da reportagem e vemos que apenas 10% das mulheres deram prosseguimento às denúncias, voltamos aos diversos obstáculos que dificultam o andamento do processo por parte das mulheres; obstáculos que não se limitam à ausência de alternativas econômicas mas também a falta de confiança na polícia e no sistema judicial, as barreiras psicológicas e sociais que geralmente acompanham a violência (LAN, 2009).

Diante da permanência de muitas mulheres junto ao marido, mesmo com os tratos violentos, Saffioti (1999) evidencia quatro pontos que contextualizam (de certa forma justificam) as permanências das mulheres no relacionamento e no espaço da casa, opressivo e violento.

Em primeiro lugar por se tratar de uma relação afetiva com dependências recíprocas; em segundo, mesmo que algumas mulheres de classes sociais mais abastadas detenham de uma autonomia financeira isso não a torna independente afetivamente; e em contraposição em terceiro lugar a falta de autonomia financeira da mulher, em que ela cumpre a função de mãe e dona de casa e o que nos leva ao quarto lugar, inclusive já citado no texto, a questão relacionada aos instrumentos de poder, a religião (e as instituições culturais), a família, os amigos e a necessidade de preservação do núcleo familiar, como uma responsabilidade da mulher. Souza e Nery (2016) também analisam as pressões para a permanência da mulher na relação conjugal:

É grande o número de mulheres, de modo especial as vítimas de violência doméstica e familiar, que se veem forçadas a permanecer casadas e com esforço cumprirem suas obrigações sexuais com o marido em troca de casa, comida e algum conforto para elas e os filhos. Para algumas mulheres, imaginar-se sozinha, desprotegida, sem um homem ao lado, é percebido como insuportável (SOUZA E NERY, 2016, p. 201).

Ocorre que em muitos casos os homens também dominam as instituições

13 Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/dos-mil-casos-de-violencia-domestica-registrados-em-tres-lagoas-somente-10-das-mulheres-deram-sequencia-ao-processo>.



públicas e o aparato legal, nos termos de Silva (2009), muitas vezes o machismo desencadeia ações de violência também psicológicas sobre mulheres, nos contextos de denúncias.

[Após dez anos que você fez a denúncia, como pensa que esteja o atendimento na DEAM?]

Esta do mesmo jeito, porque a Marisa mesmo, essa mulher que eu acabei de falar pra você, tem uns 15 dias que ela foi agredida, ele ficou 3 dias preso, entendeu, então assim o que ele quiser fazer ele vai fazer. Não tem... (Estela, 46 anos, entrevistada)

Como já escrito, as mulheres que sofrem com a violência de gênero, enfrentam numerosos obstáculos no momento da denúncia, além das dificuldades e constrangimentos citados, também salientamos a falta de confiança na polícia, no sistema judicial e as barreiras psicológicas e sociais que geralmente acompanham a violência. As atitudes sexistas geralmente acompanham as autoridades que recebem as denúncias, segundo Lan (2008)¹⁴.

Segundo Saffioti (1999), ideia que compartilhamos, não se trata de qualificar como incompetência dos poderes públicos e delegadas, mas que o problema em questão reside no conhecimento das relações de gênero, que não é discutido por nenhuma categoria ocupacional e que tanto como os profissionais das delegacias especializadas quanto os profissionais de diversas áreas, como saúde, educação, Ministério Público, também, necessitam com urgência desta qualificação e debate. No sentido de avançar na problematização e desnaturalização dessas formas hierárquicas de estruturar as relações entre os gêneros e como isso resulta de forma direta (porém muitas vezes camuflada) em todas as dimensões dos modos de vida e das maneiras como a sociedade se produz e se reproduz socioespacialmente.

Algumas Considerações

Consideramos que a violência de gênero esteja tão enraizada no nosso cotidiano, que, necessitamos levantar inúmeras reflexões que problematize essa naturalização; isso se deu no contexto da pesquisa, em que parte dos resultados apresentamos neste texto.

Identificamos através da (breve) análise dos dados quantitativos que os números relacionados à violência de gênero na cidade de Três Lagoas é significativo quando colocados na escala do Estado de Mato Grosso do Sul, porém como proposta metodológica de pesquisa, reforçamos que os índices foram para nós, pontos de partida, uma vez que a análise qualitativa nos permitiu avançar em algumas questões fundamentais para esse debate qualitativo, dentre as quais: as dificuldades da mulher em sair do espaço de dominação da casa e as dificuldades e constrangimentos em fazer a denúncia e um outro espaço também dominado por relações desiguais de gênero, nas delegacias.

14 A série “Inacreditável” (disponível na plataforma digital de filmes e séries Netflix) é exemplar neste sentido. A trama mostra as formas abusivas com que autoridades (homens) norte americanos tratam os casos de estupros.

No que se refere ao primeiro ponto, confirmamos a hipótese inicial de que a violência de gênero não se restringe às classes sociais mais vulneráveis do ponto de vista econômico, haja vista o caso de Estela, nossa entrevistada, que de modo geral não se enquadra no perfil de uma mulher que economicamente é dependente do marido. Assim como Lan (2009), vemos que existem diferentes modos de exercer a violência e ela atravessa todas as classes sociais; combinado a isso verificamos que existem outras formas de dependência, as quais não se limitam à econômica.

No caso de nossa pesquisa, as dificuldades em sair dos espaços de dominação (casa e comércio do marido) estavam ligadas ao medo contínuo de violência, de perseguição após deixar esses espaços, haja vista as constantes ameaças do marido. A fragilidade do amparo legal, narrado por Estela em relação ao sistema de atendimentos às vítimas de violência de gênero, não viola apenas o direito das mulheres a ter uma vida livre de violência (como se isso fosse pouco), mas lhes impede de exercer plenamente seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos (LAN, 2009), o ir e vir, frequentar e produzir pela presença dos seus corpos diferentes espaços na cidade.

Combinado a isso e em um debate transversal, compreendemos que nessa relação de gênero há a produção de espaços a partir do uso e presença dos corpos, sobretudo espaços de dominação e de disputas; portanto compreendemos o espaço enquanto uma dimensão em constante e dialética relação de produção e condicionamento das práticas, bem como uma dimensão que envolve relações políticas de negociações e relações constantes de poder.

Para isso os instrumentos metodológicos qualitativos são de fundamental relevância, pois permitem (mesmo dentro de suas limitações) a produção de informações empíricas que possibilitam o avanço e o aprofundamento na apreensão e análise de conflitos que não se restringem à dimensão econômica, mas se combina e se complexifica com o gênero.

Por fim, encerramos este texto com um desdobramento de uma frase de Lan (2008) de que a violência de gênero contra a mulher, está inserida em uma forma determinada de relação de poder, em que se usa a violência como método de controle social e espacial sobre corpos e mentes.

Referências

ALMEIDA, Eltoni Gomes de. **A violência contra a mulher frente ao atendimento realizado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), do município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017.** 2019. Monografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Estado e Sociedade**, v.29, n.2, p. 449 – 469, 2014.

BRASIL. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. **Para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Disponível em:

Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em 15 de dez. 2019..

CAMPO GRANDE NEWS. **Violência e medo**: a equação que já matou 18 mulheres em MS em 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/violencia-e-medo-a-equacao-que-ja-matou-18-mulheres-em-ms-em-2017>>. Acesso em 11 maio 2018.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, v. 9, p. 143 - 159, 1998.

HOJE MAIS. **Dos mil casos de violência doméstica registrados em Três Lagoas somente 10% das mulheres deram sequência ao processo**. Disponível em: <<https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/dos-mil-casos-de-violencia-domestica-registrados-em-tres-lagoas-somente-10-das-mulheres-deram-sequencia-ao-processo>>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

HOJE MAIS. **Feminicídio**: Três Lagoas no topo da violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/feminicidio-tres-lagoas-no-topo-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em 11 maio 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

KAPP, Silke, Entrevista na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, p. 1 – 32, 2020.

LAN, Diana. Género y territorio: la violencia domestica em espacios e vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de un caso en Argentina. IN: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 281-299.

LOPES, Marília Cardoso; SILVA, Susana Maria Vele da. Da paixão ao crime: uma espacialização da violência contra as mulheres em Rio Grando do Sul-RS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 58-74, 2013.

MEDEIROS, Leila Maria Vieira; LEANDRO, Edélvio Leonardo; MELO, Mônica Batista de; CORTEZ, Helena Maria Almeida; SANTOS, Eduardo João Ribeiro dos. Revisitando a violência contra a mulher: Abordagens, posturas e proposições de ação em artigos produzidos entre os anos de 1980 e 2007 e indexados em base virtual. **Psychologica**, v. 48, p. 261 - 291, 2008.

MARRE, Jacques A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. In Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná, Cascavel - Paraná. **Anais...**, outubro de 1991.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**, v. 16, p. 115 - 136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82 - 91, 1999.

SANTOS, C. M. ; IZUMINO, W.P. Violência contra as mulheres e violência de gênero. Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 16, p. 147 - 164, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporeidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. IN: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 93 – 113.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, p. 64-77, 2019.

SOUZA, D. F.; NERY, I. S. A sexualidade da mulher na relação conjugal violenta. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, p. 195 - 211, 2016.

Recebido em 02 de maio de 2020.

Aceito em 28 de maio de 2020.

Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima